

## SENSIBILIDADE DE GÊNERO NA LEGISLAÇÃO

*Uma ferramenta introdutória para parlamentares e jovens parlamentares*

Como representantes dos mais diversos membros do público, é fundamental que parlamentares adotem uma abordagem inclusiva no desempenho de suas funções legislativas, o que é particularmente importante na elaboração e análise da legislação. Aplicar uma perspectiva de gênero a esses processos ajudará a assegurar que leis e políticas sejam desenvolvidas de modo a responder às experiências únicas de mulheres e homens, evitando o pensamento "one-size-fits-all" (tamanho único), o que ajuda a promover mais igualdade e uma estrutura legal que trabalhe em prol da maior quantidade de pessoas possível.



### Definições-Chave

**Gênero:** modo como uma pessoa se identifica e expressa com relação a aspectos culturais e sociais tradicionalmente associados a "homem" e "mulher". Embora alguém possa ser declarado do sexo masculino ou feminino na hora que nasce (sexo), seu gênero está relacionado aos atributos que assume e onde eles se encaixariam em um espectro de masculinidade e feminilidade de um determinado contexto.

**Igualdade de gênero:** direitos, responsabilidades e oportunidades iguais para mulheres e homens, meninas e meninos.<sup>1</sup>

**Normas de gênero:** regras informais e expectativas sociais comuns que distinguem o comportamento esperado com base no gênero.<sup>2</sup>

**Estereótipos de gênero:** visão(ões) generalizada(s) ou preconceção(ões) sobre atributos ou características, ou papéis, que são ou devem ser possuídos/exercidos por mulheres e homens.<sup>3</sup>

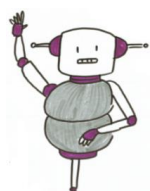
Fontes: <sup>1</sup>ONU Mulheres <sup>2</sup>Instituto de Desenvolvimento do Exterior <sup>3</sup>Direitos Humanos da ONU

### Refletindo sobre gênero e interseccionalidade com relação à legislação

O gênero de uma pessoa forma expectativas sociais com relação aos seus interesses, carreiras, responsabilidades domésticas ou características específicas. Essas expectativas refletem padrões históricos que têm reforçado determinados papéis atribuídos a mulheres e homens na sociedade, o que também levou a normas e estereótipos de gênero que continuam a moldar nosso cotidiano, contribuindo também para desigualdades de gênero no acesso a recursos, oportunidades e poder que prejudicam as mulheres de modo especial.

**Exemplo:** A participação das mulheres na força de trabalho vem crescendo há décadas, porém expectativas baseadas em gênero relacionadas às suas responsabilidades no lar não têm mudado no mesmo ritmo. As mulheres continuam assumindo a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado do lar além do seu trabalho remunerado, o que resulta em uma "dupla jornada" que limita seu tempo e prejudica seus ganhos relativos.

Muitas vezes não temos ciência das diversas formas pelas quais o gênero impacta nossa vida. Uma perspectiva de gênero pode ser aplicada à legislação como forma de remediar essa questão, sob o entendimento de que, por conta do seu gênero, mulheres e homens podem possuir diferentes necessidades e experiências com relação a questões políticas, bem como necessidades específicas nas respostas. As diversas maneiras pelas quais essas questões podem impactar positiva ou negativamente diferentes pessoas devem ser trazidas à tona ao desenvolver tais propostas, a fim de assegurar que elas beneficiarão a maior quantidade de constituintes possível.



**Exemplo:** Ao analisar uma reforma trabalhista que estimularia a geração de empregos, é importante refletir sobre quais setores crescerão e quem será impactado. Novos empregos nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (conhecidos em inglês pela sigla STEM), por exemplo, poderiam beneficiar principalmente os homens, haja vista que há uma sub-representação das mulheres nessas áreas e em programas de treinamento relacionados a elas. Para tornar essa reforma mais sensível ao gênero, disposições adicionais devem ser implementadas para apoiar o ingresso de mais mulheres nesse campo.

Também es importante reconhecer que todas las mujeres y los hombres son diferentes: las personas no son sólo un elemento parte de su identidad – una mujer, un/a migrante, un/a joven, una madre, un/a habitante de una ciudad, etc. – sino todos estos a la vez. Esta colección única de características puede resultar en que una persona tenga un conjunto completamente diferente de (des)ventajas, necesidades y experiencias en relación con un tema de política en comparación con aquellas que pueden compartir uno o más de los elementos de su identidad. Pensar de esta manera a la hora de legislar hace que la perspectiva de género sea *interseccional*.

**Exemplo:** No planejamento de respostas a desastres naturais, é necessário, porém insuficiente, refletir sobre as diferentes necessidades de mulheres e homens. Também se faz importante considerar como os e as constituintes serão impactados e enfrentarão vulnerabilidades com base em sua localização geográfica, exposição a risco climático, idade, deficiência, condição socioeconômica, entre outras características. Uma jovem com aptidão física e relativamente bem de vida que reside em uma área rural com sua família, longe da costa, requer tipos de apoio diferentes do que um idoso não casado<sup>1</sup> com limitação de mobilidade que reside sozinho no litoral. As realidades e vulnerabilidades desses dois indivíduos precisarão ser contempladas como parte de uma resposta nacional abrangente.

### Definição-Chave

**Interseccionalidade:** Ferramenta para análise, defesa e desenvolvimento de políticas que aborda diversas discriminações e ajuda a compreender como diferentes conjuntos de identidades impactam o acesso a direitos e oportunidades.

Fonte: Associação para os Direitos das Mulheres no Desenvolvimento (AWID, sigla em inglês)

Embora possa parecer complicado refletir sobre como questões e respostas legislativas podem impactar cada constituinte de forma diferente, o que, de fato, requer esforço adicional, a aplicação de uma perspectiva de gênero tem maior probabilidade de levar a resultados que promovam igualdade e desenvolvimento sustentável. Por fim, os e as parlamentares devem reconhecer a diversidade do seu eleitorado e refletir sobre quais disposições de uma resposta legislativa poderiam atender a uma quantidade maior de pessoas, dedicando atenção especial aos mais marginalizados.

### Como colocamos isso em prática?

Um curso de ação primordial para a aplicação de uma perspectiva de gênero à legislação é recorrer a uma variedade maior de perspectivas e vozes para embasar seu desenvolvimento. Isso pode e deve incluir engajamento direto dos e das parlamentares com o público, por exemplo, por meio de consultas abertas e acessíveis, uso de ferramentas de rede social como enquetes, e diálogo com organizações de defesa dos direitos da mulher e outras organizações da sociedade civil. Conversas com os e as constituintes para entender como pensam e expandir seu próprio pensamento são de suma importância.



Informações obtidas do público podem ser complementadas por mais pesquisas e diálogos. Fazer a si mesmo(a) e a outras partes as perguntas corretas enquanto desenvolve sua compreensão sobre uma determinada questão, bem como ao analisar e debater um projeto de lei, proporcionará considerações adicionais que possam não ter vindo à tona anteriormente, mas que ajudariam a tornar a solução mais acessível a todos os membros da população. Exemplos dessas perguntas são disponibilizados abaixo.



<sup>1</sup> Estudos revelaram que homens idosos não casados estão mais sujeitos a risco durante eventos climáticos devido ao seu maior isolamento social e a normas de gênero que não consideram “ másculo ” pedir ajuda. Esses fatores não foram considerados relevantes com relação ao impacto sobre a vulnerabilidade de mulheres não casadas. Fonte: Gênero, Mudança Climática e Saúde, Organização Mundial de Saúde, 2016, p. 3)

## Perguntas a serem feitas ao realizar pesquisas para adquirir compreensão sobre determinada questão

- ❑ Como essa questão é vivenciada de forma diferente por diferentes gêneros? De que forma a idade, localização geográfica, etnia, deficiência ou outras características de uma pessoa impactam ainda mais a forma como ela vivencia a questão?
  - ❑ Há dados desagregados disponíveis em algum banco de dados digital que possam evidenciar tendências nacionais?
  - ❑ Quais outras informações qualitativas, tais como relatórios nacionais, estudos de organizações regionais ou internacionais, notícias ou discursos de ministros ou parlamentares no âmbito nacional ou internacional, posso obter a respeito de como diferentes pessoas vivenciam a questão atualmente no país?
  - ❑ Como posso me conectar com outras pessoas para aprender sobre seus pontos de vista? Redes sociais ou reuniões presenciais podem ser ferramentas úteis para saber como constituintes pensam?
  - ❑ Quais são os principais obstáculos ou temas que estão emergindo a partir das minhas descobertas e conversas que precisarão ser considerados em soluções?
- ❑ Que legislações, programas e políticas relacionados existem para lidar com essa questão? Há evidências disponíveis de que eles têm funcionado ou de que haja possíveis lacunas em suas disposições?
  - ❑ O que organizações da sociedade civil que atuam nesse tema pensam sobre a eficácia de respostas atuais?
  - ❑ Posso obter insights de equipes ministeriais ou comitês parlamentares que atuam regularmente nessa questão?
- ❑ Como essa questão foi abordada em outros países? Que respostas tiveram mais e menos eficácia?

### Definição-Chave

**Dados desagregados:** Dados desagregados por características como sexo, idade, localização ou outras variáveis. Em vez de dados agregados, que apresentam um ponto de dados sintetizado (ex: número de matriculados em escola de um país), dados desagregados ajudam a destacar variações entre diferentes grupos (ex: número de meninas e meninos matriculados em escola de um país).



Fonte: Parceria Global para Dados de Desenvolvimento Sustentável

### Fontes de dados desagregados e informações qualitativas sobre o estado atual das questões de igualdade de gênero

- Portal de Dados sobre Gênero do Banco Mundial: <http://datatopics.worldbank.org/gender>
- Observatório de Igualdade de Gênero para a América Latina e o Caribe da CEPAL: <https://oig.cepal.org/pt>
- Relatórios nacionais sobre implementação de marcos de igualdade de gênero internacionais
  - Declaração e Plataforma de Ação de Pequim: <https://www.cepal.org/es/areas-de-trabajo/asuntos-de-genero/plataforma-beijing>
  - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU (CEDAW, sigla em inglês): [https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=3&DocTypeID=29](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=3&DocTypeID=29)
- Política Nacional sobre Gênero e Desenvolvimento e outras políticas e leis relevantes do seu país.

## Perguntas a fazer ao desenvolver e implementar legislação

- ❑ De que modo essa questão impacta diferentes homens e mulheres? Além do gênero, que outra característica precisa ser considerada para alcançar plena compreensão sobre como essa questão é vivenciada por constituintes?
  - ❑ Que consulta e pesquisa devem ser realizadas para aprofundar meu conhecimento?
- ❑ Qual é o propósito da legislação proposta? Quais disposições precisam ser incluídas para assegurar o alcance dos seus objetivos?
  - ❑ Por que constitui uma prioridade de acordo com dados nacionais e experiências de constituintes? De que informações necessito para defender sua importância no parlamento?
  - ❑ Quais são as lacunas nos marcos legais atuais que devem ser tratadas por meio dessa lei? Que disposições de acordos internacionais adotados pelo meu país servem como referência de boas práticas?
  - ❑ Se uma das metas for um avanço positivo para um determinado grupo marginalizado, como garanto que a legislação beneficie todos os diversos membros desse público e não somente uma determinada subseção dele?
- ❑ A que atores devo recorrer para obter conhecimentos especializados sobre implementação e obtenção de recursos eficientes?

### **Perguntas a fazer ao analisar uma legislação**

- ❑ O projeto de lei reconhece que indivíduos de diferentes gêneros vivenciarão a questão de forma diferente? Ele também considera como as identidades mais complexas de determinadas pessoas (ex: mulheres que residem em área rural, homens idosos, mães solteiras etc.) podem afetar sua experiência?
  - ❑ Da mesma forma, as soluções propostas refletem o entendimento de que alguns grupos necessitarão de apoio ou atenção adicional para lidar com desigualdades?
- ❑ O projeto de lei aborda todas as questões identificadas como prioritárias na minha pesquisa e consultas? Em caso negativo, o que poderia ser necessário acrescentar ou excluir?
  - ❑ Existe evidência de adaptação de boas práticas de experiências nacionais e internacionais para a respectiva finalidade ou contexto?
- ❑ Tendo em vista meu portfólio específico, existe alguma adição específica que eu poderia sugerir que destacaria questões ainda não consideradas?
- ❑ Como o projeto de lei funcionará em conjunto com outras leis do país? Existe alguma possível lacuna de escopo?
- ❑ Existe um plano para a implementação? Foram alocados recursos suficientes para tal?



### **Perguntas a fazer ao debater uma legislação**

- ❑ Como se deu a busca por perspectivas e experiências diversas para servirem de base para o projeto de lei? De que forma as principais preocupações levantadas foram refletidas na legislação?
  - ❑ Que tipos de dados qualitativos e quantitativos foram utilizados? Esses dados foram desagregados com relação a diferentes características?
  - ❑ O público foi consultado? Isso foi feito de forma acessível e inclusiva a fim de facilitar contribuições de grupos frequentemente marginalizados?
  - ❑ Organizações de defesa dos direitos da mulher e outros grupos da sociedade civil atuantes na questão foram envolvidos na elaboração e análise da legislação? Seu feedback foi refletido?
- ❑ A legislação passou pelos comitês relevantes ou foi analisada por outros órgãos públicos envolvidos regularmente com esse tema?
- ❑ Como essa legislação contribui para o alcance de acordos internacionais com os quais o Estado se comprometeu, tais como as Metas de Desenvolvimento Sustentável ou outros marcos relevantes?
- ❑ Caso o projeto de lei seja aprovado, como se dará o monitoramento da implementação da lei? Como será medido seu sucesso?
  - ❑ Que dados desagregados serão coletados para embasar essa análise?

